

Editorial

Embates entre estética e política: liberdade de expressão, regulação da mídia, monopólio dos meios de comunicação são um tema que se abre para campos controversos dos estudos da comunicação, e situa no centro dos debates a liberdade de expressão e controle de comportamentos no contexto mais amplo das relações regionais, nacionais e internacionais. Como resposta à chamada de trabalhos, a revista *E-Compós* recebeu uma diversidade de enfoques que os leitores podem desfrutar na variedade dos artigos que compõem a seção Dossiê.

Quando da proposição do tema do dossiê, o mundo estava em choque com os atentados de janeiro à redação do jornal *Charlie Hebdo* em Paris. Ninguém contava que uma imagem de ampla circulação nos meios de comunicação pudesse redirecionar o debate sobre a politização dos objetos midiáticos, bem como a publicização de imagens trágicas. No entanto, a fotografia do menino turco, morto em uma tentativa frustrada de travessia, ganhou projeção internacional, como se procurou examinar no artigo “O olho sensível: (est)éticas do visível e políticas de visibilidade”, de Rose Melo Rocha e Susan Liesenberg. Nele, as autoras discutem os impasses advindos da decisão de publicação e saturação das imagens trágicas, bem como as implicações políticas do ato.

Sob outro ângulo de reflexão, problemas como esses beiram o impasse, questão bastante frequente nas relações entre arte e

política, tal como pode ser lido no artigo “Das invasões bárbaras à grande beleza: mídia e utopia, embates entre estética e política”, de Renato Cordeiro Gomes e Ana Paula Daudt de Lima Brandão. Nele, o lugar da estética no pensamento político é revisitado seguindo pistas de autores como J. Rancière e uma filmografia como aquelas representadas pelos filmes *A grande beleza* e *As invasões bárbaras*, que são confrontados com obras artísticas contemporâneas.

Os marcos regulatórios da mídia no Brasil em comparação com a Argentina e a Venezuela foram assunto trabalhado no artigo “A regra do jogo: rupturas e continuidades na regulação dos meios em tempos de convergência digital”, de Gislene Moreira Gomes. Tomando como ponto de partida a noção de que a convergência das mídias digitais se estende também à convergência de correntes teóricas da comunicação, com base em estudos da economia política, antropologia e publicidade, a autora recupera dados históricos das regulações de radiodifusão no Brasil, comparando-os com países latino-americanos, como Venezuela e Argentina.

Como o ato estético se transforma em ação política? Tal é a questão que o artigo “Se esta rua fosse minha... – O papel das paisagens sonoras e musicais nas manifestações políticas”, de Heloísa de Araújo Duarte Valente, procura responder ao examinar a transformação de um jingle publicitário em hino em uma manifestação política por ocasião das mobilizações urbanas de junho de 2013.

Liberdade de expressão não é apenas uma reivindicação no contexto dos meios de comunicação, mas também uma atividade sob controle da vigilância no mundo do trabalho. Assim, o artigo “Vigilância e controle da comunicação no mundo do trabalho: manuais de conduta modelam a comunicação”, de Roseli Figaro, Claudia Nonato e Fernando Felícia Pachi Filho, se

manifesta ao tomar como objeto de estudo manuais de conduta de empresas. A partir de um mapeamento das estratégias empregadas, chega-se ao levantamento de dados e revisão bibliográfica sobre as formas de controle facilitadas pelos dispositivos eletrônicos e pelas mídias sociais.

Do tema da vigilância somos levados aos artigos sobre marcos regulatórios em diferentes meios de comunicação. Mudanças no modelo de criação e gestão da publicidade no contexto das transformações socioculturais e tecnológicas são objetos da análise do artigo “Da força das mídias ao poder do conteúdo: revisão de modelos de negócio na publicidade”, de Cristiane Mafacioli Carvalho e Márcia Pillon Christofoli. Trata-se de uma análise relacionada com o tema da regulação de publicidade da indústria, examinado no artigo “Liberdade de expressão comercial como estratégia corporativa do setor publicitário brasileiro”, de Glicia Maria Pontes Bezerra. Nesse artigo, o contexto determinante de desenvolvimento da economia de mercado nos anos 1970 é projetado no contexto da criação do órgão regulador (Conar) em 1970. Já “Memória de atos regulatórios na comunicação na UFRGS: uma proposta analítica”, de Ana Luiza Coiro-Moraes e Édina Maria da Rocha Ferreira, trata da regulação de assessorias de imprensa naquela universidade a partir da reconstituição da memória da regulação no período da ditadura militar. O jornalismo conta, igualmente, com comissões de fiscalização conforme o levantamento constante do artigo “Comissões de ética dos jornalistas: atuação, visibilidade e efetividade”, de Rogério Christofoletti. Nele, se recorre às informações nos sites de sindicatos e também a questionários realizados que fornecem um quadro da regulação na área. Finalmente, no artigo “Contribuição epistemológica do regime militar ao campo jornalístico: a monografia da imprensa brasileira elaborada pelo SNI”, de Álvaro Laranjeira, o alvo do estudo não é outro

senão o órgão de regulação maior da imprensa no Brasil do regime militar: o Serviço Nacional de Informação. O autor constrói um mapa das distintas regiões brasileiras em que a imprensa passa a ser objeto de controle.

Na seção Cultura, a revista publica dois artigos. “Sentidos identitários de programação em TVs on-line”, de Suzana Killp, trata da programação como agente fundamental de definição do meio. Como resultado de pesquisas empíricas anteriores, o artigo propõe uma análise comparativa considerando a programação das emissoras, das webTVs e as UStreams. “Comunicação e sociabilidade no metrô de Paris: aspectos de um regime de interfaces”, de Janice Caiafa, analisa, comparativamente, as linhas de metrô em que os trens são conduzidos automaticamente em Paris e São Paulo, de modo a observar o novo contexto social desse mecanismo.

Na seção Imagem, há um artigo relacionando estética e comunicação pelo viés da imagem científica. No artigo “A paixão segundo A.W.”, Gabriela Reinaldo examina, através de uma galeria de quadros, os estudos experimentais em que as imagens de dor e sofrimento elaboram um fazer artístico que revolucionaram o estudo da arte.

Na seção Cinema, a revista publica dois artigos. “A noiva e o estribilho: uma análise da música preexistente num filme do Truffaut”, de Luíza Beatriz Alvim, examina a interação entre música e a construção fílmica a partir de conceitos como ritornelo e repetição, de G. Deleuze. Já no artigo “A contribuição das *True-Life Adventures* para a formação do gênero *wildlife films*”, os autores Ricardo Gomes Costa Filho e Lilian Cristina Monteiro França promovem um levantamento dos aspectos de criação dos filmes sobre a vida selvagem produzidos pelos estúdios Disney e as opções pelo entretenimento quando o foco são as informações científicas.

Com tamanha diversidade de temas, enfoques, fundamentos teóricos, esperamos que os leitores sejam beneficiados com a leitura, bem como as pesquisas posteriores possam se servir dos materiais bibliográficos aqui reunidos.

Os Editores